ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
A SERVIÇO DO MARANHÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 180 ANOS

TV ASSEMBLEIA 5 anos

Assessoria de Comunicação

Clipping Impresso

Quarta-feira, 08 de Março de 2017

08.03.2017 – O Estado do MA – Política – pag. 03

Pedida vista à Medida que altera magistério

Proposta do Governo concede reajuste a professores sobre a gratificação e não sobre os vencimentos

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O vice-líder do Bloco Parlamentar Independente, deputado Eduardo Braide (PMN), pediu vista ontem da Medida Provisória (MP) 230/2017, de autoria do Governo do Estado, que altera o Estatuto do Magistério, que dispõe sobre o reajuste salarial dos professore da rede pública.

A proposta para o novo dispositivo altera o texto do Estatuto, sancionado em 2013, e prevê, para este ano, um reajuste de 8% sobre os vencimentos e a Gratificação por Atividade no Magistério (GAM), para quem ganha abaixo do piso, e somente sobre a GAM para as demais classes. A categoria, no entanto, sustenta que os professores que ganham abaixo do piso são a minoria e exige reajuste dos vencimentos, como definido na chamada Lei do Estatuo, para toda a classe.

Foi o que motivou o pedido de vista de Braide, durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

"Eu pedi vistas dessa Medida Provisória do Governo do Estado para que possamos debater de forma mais profunda um tema que já foi objeto de audiência pública aqui na Assembleia e que contou com a participação maciça dos professores da rede estadual. Naquela ocasião, foi decidido por unanimidade que o reajuste a ser aplicado pelo Governo do Estado deve incidir sobre o vencimento e não sobre a gratificação, como está na forma original da MP", explicou.

> "Não quero acreditar que esta Casa irá rasgar o Estatuto do Magistério. Não quero acreditar que esta Casa irá contra a vontade dos professores",
>
> **EDUARDO BRAIDE**
> deputado estadual pelo PMN

Liminar

Eduardo Braide destacou ainda o motivo de não ser favorável à MP na forma original da matéria.

"Se nós aprovarmos a Medida da forma como o Governo mandou para cá, todos os benefícios incidentes sobre os vencimentos dos professores da rede estadual não serão levados em consideração nesse percentual. As titulações, quinquênios e as gratificações por educação especial. O art. 32 do Estatuto do Magistério é muito claro, quando diz que a data-base para o reajuste é 1° de janeiro e qualquer valor a ser reajustado deverá incidir sobre o vencimento e a MP em nenhum momento revogou tal artigo", completou.

O parlamentar fez também um apelo aos colegas da CCJ. "Quero aqui pedir a cada membro da Comissão de comissão, que nós possamos debater esta matéria com maior profundidade até a próxima sessão da CCJ, da terça-feira que vem", defendeu o parlamentar. ●

08.03.2017 – O Estado do MA – Política – pag. 03 (continua)

Após denúncia, Noleto afasta chefe jurídico da pasta de Infraestrutura

Eloy Weslen Ribeiro teve a inscrição na OAB suspensa desde 2014 e, mesmo assim, vinha assinando pareceres a contratos milionários na Sinfra

GARLA LIMA
Subeditora de Política

Depois da polêmica, o secretário estadual de Infraestrutura, Clayton Noleto, decidiu afastar do cargo o advogado Eloy Weslem Ribeiro, que respondia pela Chefia da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra), mesmo estando com o registro na seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) suspenso.

Imirante.com

Clayton Noleto foi à Assembleia e se mostrou surpreso com a falta de registro do seu assessor jurídico

Eloy Ribeiro assinou pareceres jurídicos de contratos milionários firmados pela Sinfra mesmo com registro da Ordem cancelado. Segundo a lei 8906/94, é vedado exercer a profissão de advogado sem o registro da OAB. Quem fez a denúncia foi o deputado estadual Edilázio Júnior (PV) na Assembleia Legislativa, durante a sabatina a que foi submetido o secretário Clayton Noleto ainda no mês de fevereiro.

O ex-chefe do Jurídico da secretaria foi afastado dia 17 do mês passado, mas somente foi substituído dia 2 deste mês. Clayton Noleto nomeou Renata Cavalcanti de Matos Dias, cuja nomeação é retroativa à data da revogação da portaria de Eloy Ribeiro.

O titular da Sinfra disse que uma sindicância foi aberta para analisar a denúncia do deputado Edilázio sobre a assinatura de Ribeiro nos contratos da Sinfra. Segundo Noleto, até o resultado do procedimento administrativo, os contratos da secretaria estão valendo. "Foi aberta uma sindicância a fim de oportunizar ao senhor Eloy Ribeiro explicações", disse Clayton Noleto.

Em nota, o governo estadual se manifestou reafirmando o que disse Clayton Noleto e acrescentou afirmando que somente após a conclusão da sindicância, é que o caso deverá ser comunicado a Secretaria Estadual de Transparência e Controle.

A Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) esclarece que foi instaurada sindicância, os fatos estão sendo apurados e somente após a conclusão haverá o posicionamento da pasta sobre o assunto. A Sinfra ainda informa que os contratos continuam em vigência e que após a conclusão da sindicância, a Secretaria de Transparência e Controle (STC) será comunicada.

POSICIONAMENTO

Seccional da OAB ainda analisa situação

Na época da denúncia, o presidente da OAB, Thiago Diaz, afirmou que analisaria o caso de Eloy Ribeiro, para depois se manifestar oficialmente a respeito. Até o momento, ainda não houve qualquer tipo de posicionamento da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Falsidade

Na época em que Edilázio Júnior denunciou Eloy Ribeiro como chefe do Jurídico da Sinfra, o parlamentar também mostrou que o advogado teria cometido o crime de falsidade ideológica ao atuar como advogado durante o período eleitoral em Tocantins.

Segundo Edilázio, o número da OAB fornecido por Eloy Ribeiro em Tocantins é o mesmo do Maranhão, mas com o a sigla do estado vizinho ao lado. E quando consultado o registro da Ordem do ex-chefe do Jurídico da Sinfra, a Justiça atestou que a inscrição estava em nome do advogado Athos Américo. ●

08.03.2017 – O Estado do MA – Política – pag. 03

ESTADO MAIOR

Ponto e contraponto

A bancada do governo Flávio Dino (PCdoB) na Assembleia Legislativa reiniciou o ano político - após o Carnaval - com um tom mais agressivo em relação à oposição. E o recado veio do líder da bancada, deputado Rogério Cafeteira (PSB), para quem seu comportamento vai depender do comportamento dos oposicionistas.

O discurso de Cafeteira teve endereço certo: o tom adotado pelos deputados Eduardo Braide (PMN), Andrea Murad (PMDB) e Wellington do Curso (PP) em relação ao governo. O líder governista incomodou-se, sobretudo, com as críticas ao aumento do ICMS, nos pronunciamentos da segunda-feira, 6.

Mas ontem a bancada adotou tom mais ameno, sobretudo após a revelação de que o secretário de Infraestrutura, Clayton Noleto, decidiu demitir o assessor jurídico que foi descoberto durante sua sabatina na Casa, em fevereiro, como um impostor, que não tem registro oficial na seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

A revelação da exoneração tirou do chão os líderes governistas porque soou como confissão

A revelação da exoneração tirou do chão os líderes governistas porque soou como confissão de culpa do titular da Sinfra, pego de calças curtas pelo deputado Edilázio Júnior (PV) durante a sabatina.

A exoneração do assessor jurídico põe em xeque todos os projetos de obras espalhados pelo Maranhão, sobretudo aqueles realizados durante a eleição de 2016, que receberam a acusação formal de serem eleitoreiros. Agora sem chancela jurídica, passam a ser ilegais sobre qualquer aspecto. E por isso, foi a oposição quem deu o tom ontem na Casa.

08.03.2017 – O Estado do MA – Geral – pag. 05

ASSEMBLEIA EM FOCO

Denúncia

O líder do Partido Verde (PV) na Assembleia Legislativa, deputado Rigo Teles, ocupou a tribuna da Casa para denunciar e pedir providências do Ministério do Turismo, do Ministério Público Estadual, da Caixa Econômica Federal e do Conselho Regional de Engenharia (Crea-MA) contra a Prefeitura de Barra do Corda, que, segundo ele, está prestes a protagonizar uma tragédia sem precedentes por conta de erros estruturais na obra de construção da Ponte do Juá.

Vistas

O deputado Eduardo Braide (PMN) informou que pediu vistas da Medida Provisória (MP) 230/2017, de autoria do Governo do Estado, que altera o Estatuto do Magistério e que dispõe também sobre o reajuste dos professores da rede estadual. O pedido do parlamentar foi feito durante a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da qual ele é membro titular.

Procuradoria da Mulher

A Assembleia Legislativa instalará a Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres. A solenidade será realizada hoje,8, na sala da Procuradoria, às 9h, no Palácio Manuel Beckman. A proposta do órgão partiu de uma iniciativa da deputada Valéria Macedo (PDT), que também foi eleita para o cargo de procuradora da Mulher no biênio 2017/2018.

Descaso

A deputada Nina Melo (PMDB) falou da sua indignação com o fechamento do Hospital Santa Luzia, que há mais de 30 anos prestava serviços à população de Santa Luzia do Paruá. A partir do fechamento do hospital, a população está sendo atendida nos postos de saúde que estão sendo adaptados e, segundo a parlamentar, não estão em condições de funcionamento. Os pacientes estão sendo atendidos nas cadeiras pela falta das macas.

Barragem

O deputado estadual Vinicius Louro (PR), preocupado com as cheias dos rios Flores e Mearim, subiu à tribuna para alertar as autoridades competentes para a falta de manutenção da Barragem do Rio Flores. Segundo o parlamentar, foi constatada a falta de manutenção na recente visita do prefeito Fred Maia de Trizidela naquele local. Para Vinicius Louro, um possível rompimento da barragem pode ocasionar uma catástrofe nas cidades ribeirinhas que são banhadas pelo rio Mearim e pelo rio Flores.

Audiência

O deputado estadual Wellington do Curso (PP) realizará Audiência Pública às 15h, hoje, no salão São Vicente, ao lado da Igreja Católica de Barreirinhas, Centro. O objetivo da audiência é discutir com as autoridades a convocação de mais de 300 aprovados no concurso público da Prefeitura de Barreirinhas, realizado em 2016. As autoridades convidadas foram o prefeito e ex-prefeito de Barreirinhas, vereadores, deputados estaduais, Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Judiciário, Fundação Sousândrade e a Superintendência de Articulação Regional de Barreirinhas.

08.03.2017 – O Estado do MA – Especial Mulher – pag. 05

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Atos, Fatos e Baratos – pag. 02

Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa será instalada hoje

A Assembleia Legislativa instalará, nesta quarta-feira (8), a Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres. A solenidade será realizada na sala da Procuradoria, às 9h, no Palácio Manuel Beckman.

A Procuradoria da Mulher foi criada por força da Resolução Legislativa Nº 782/16, que altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno da Assembleia. A proposta foi uma iniciativa da deputada Valéria Macedo (PDT), que também foi eleita para o cargo de procuradora da Mulher no biênio 2017/2018.

Dentre as atribuições da Procuradoria da Mulher estão a de zelar pela defesa dos direitos da mulher; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher.

Segundo Valéria Macedo, a Procuradoria da Mulher também tem o papel de opinar e auxiliar nos projetos que estão tramitando nas Comissões da Casa, avaliando aqueles que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família.

O órgão também deve participar de discussões sobre a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres do Maranhão.

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Atos, Fatos e Baratos – pag. 02

Plenário da Assembleia

DENÚNCIA

O líder do Partido Verde (PV) na Assembleia Legislativa, deputado Rigo Teles, ocupou a tribuna da Casa para denunciar e pedir providências do Ministério do Turismo, do Ministério Público Estadual, da Caixa Econômica Federal e do Conselho Regional de Engenharia (CREA-MA) contra a Prefeitura de Barra do Corda, que, segundo ele, "está prestes a protagonizar uma tragédia sem precedentes, por conta de erros estruturais na obra de construção da Ponte do Juá."

VISTAS

O deputado Eduardo Braide (PMN) informou que pediu vistas da Medida Provisória (MP) 230/2017, de autoria do Governo do Estado, que altera o Estatuto do Magistério e que dispõe também sobre o reajuste dos professores da rede estadual. O pedido foi feito durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da qual o parlamentar é membro titular.

PROCURADORIA DA MULHER

A Assembleia Legislativa instalará a Procuradoria da Mulher, órgão permanente e especializado da Mesa Diretora, que tem como objetivo zelar pela defesa dos direitos das mulheres. A solenidade será realizada hoje (8) na sala da Procuradoria, às 9h, no Palácio Manuel Beckman. A proposta do órgão foi iniciativa da deputada Valéria Macedo (PDT), que também foi eleita para o cargo de procuradora da Mulher no biênio 2017/2018.

DESCASO

A deputada Nina Melo (PMDB) falou da sua indignação com o fechamento do Hospital Santa Luzia que, conforme lembrou, há mais de trinta anos prestava serviços à população de Santa Luzia do Paruá. A partir do fechamento do hospital, a população está sendo atendida nos postos de saúde que estão sendo adaptados e que, segundo Nina Melo, sem a menor condição de funcionamento. Uma das denúncias é a de que os pacientes estão sendo atendidos nas cadeiras pela falta das macas.

BARRAGEM

O deputado estadual Vinicius Louro (PR), preocupado com as cheias dos Rios Flores e Mearim, subiu à tribuna para alertar as autoridades competentes sobre a falta de manutenção da Barragem do Rio Flores. Segundo o parlamentar, foi constatada a falta de manutenção na recente visita do prefeito Fred Maia de Trizidela naquele local. Para Vinicius Louro, um possível rompimento desta barragem pode ocasionar uma catástrofe nas cidades ribeirinhas que são banhadas pelo Rio Mearim e pelo Rio Flores.

AUDIÊNCIA

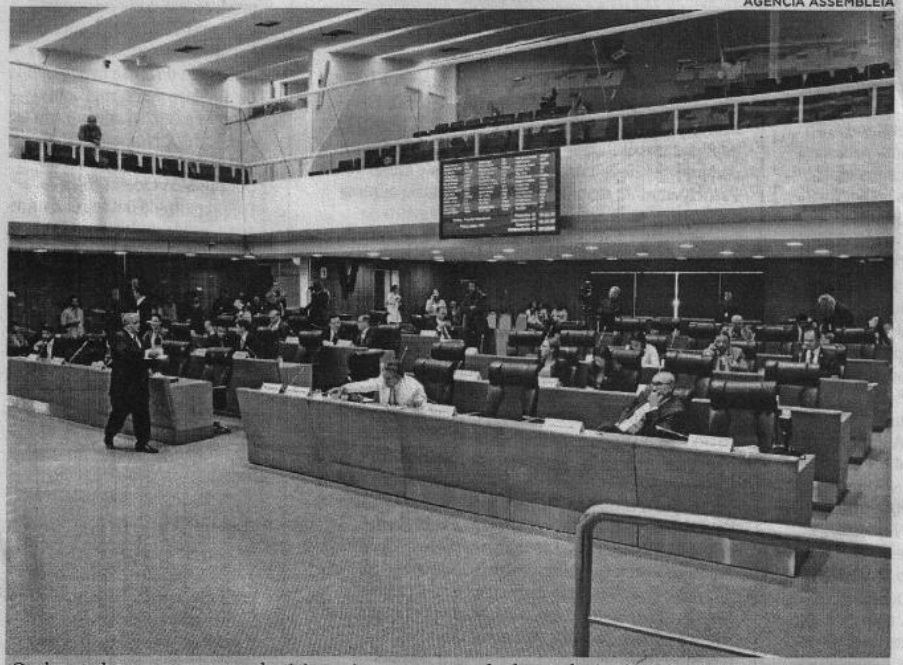
O deputado estadual Wellington do Curso (PP) realizará audiência pública, hoje (8), às 15h, no salão São Vicente, ao lado da Igreja Católica de Barreirinhas, Centro. O objetivo da audiência é discutir com as autoridades a convocação de mais de 300 aprovados no concurso público da Prefeitura de Barreirinhas, realizado em 2016. Autoridades convidadas: prefeito e ex-prefeito de Barreirinhas, vereadores, deputados estaduais, Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Judiciário, Fundação Sousândrade e Superintendente de Articulação Regional de Barreirinhas.

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Política – pag. 03 (continua)

Aprovado projeto que altera Lei sobre Política Estadual de Recursos Hídricos

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão de ontem (7), projeto do deputado Antônio Pereira que altera o art. 14 da Lei 8.149, de 15 de junho de 2004, sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, e dá outras providências. A proposta prevê que as perfurações e explorações do lençol freático com fins de irrigação para agricultura e pecuária não necessitarão de concessão de outorga d´água e uma autorização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), licença, para propriedades com até quatro unidades fiscais (280 hectares). O texto aprovado diz ainda que a emissão da autorização de perfuração e utilização do lençol freático por meio da Sema se dará no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da data de formalização do protocolo do requerimento da respectiva licença. O empreendedor poderá requerer ao órgão ambiental a renovação da licença de exploração de águas para fins de irrigação (outorga) no prazo de até 30 dias antes de seu vencimento.

AGÊNCIA ASSEMBLEIA



Os deputados aprovaram no plenário projeto proposto pelo deputado Antônio Pereira

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Política – pag. 03

Deputados aprovam projeto que altera contratação por tempo determinado no Estado

Os deputados estaduais aprovaram, nesta terça-feira (7), o Projeto de Lei nº 234/16, que altera a Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997, que dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República.

O projeto de lei dispõe acerca dos prazos de vigência e de prorrogação dos contratos temporários, deixando, no entanto, de regulamentar um prazo à categoria afeta à administração carcerária do Estado, qual seja, a previsão no inciso IX do artigo 2º da referida lei. Tal omissão se dá pela inclusão recente da categoria à lei em questão, que ocorreu pela edição da Lei nº 10.211/2015, a qual dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Este projeto, segundo a Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, visa sanar a lacuna ocorrida na lei ordinária estadual, prevendo o prazo de quatro anos para vigência dos contratos temporários.

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Política – pag. 03

Eduardo Braide pede vistas da MP 230/2017 para garantir direitos dos professores da rede estadual

O deputado Eduardo Braide informou ontem que pediu vistas da MP do Governo do Estado que altera o Estatuto do Magistério e dispõe sobre o reajuste dos professores da rede estadual. O pedido foi feito durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da qual o parlamentar é membro titular.

"Pedi vistas da Medida Provisória para que possamos debater de forma mais profunda um tema que já foi objeto de audiência pública na Assembleia e contou com a participação maciça dos professores da rede estadual. Naquela ocasião, foi decidido por unanimidade que o reajuste a ser aplicado pelo Governo do Estado deve incidir sobre o vencimento e não sobre a gratificação, como está na forma original da MP", informou o deputado.

Braide disse que apresentará, na próxima terça, por meio de substitutivo, sugestões propostas pelos professores, para que a Casa possa aperfeiçoar e fazer com que a MP esteja de encontro com os anseios e sejam garantidos os direitos dos professores estabelecidos no Estatuto do Magistério.

O parlamentar destacou o motivo de não aprovar a MP na forma original da matéria. "Se aprovarmos a MP da forma como o Governo mandou, todos os benefícios incidentes sobre os vencimentos dos professores da rede estadual não serão levados em consideração nesse percentual. As titulações, quinquênios e as gratificações por educação especial. O art. 32 do Estatuto do Magistério é muito claro, quando diz que a data-base para o reajuste é 1° de janeiro e qualquer valor a ser reajustado deverá incidir sobre o vencimento e a MP em nenhum momento revogou tal artigo", completou. O deputado aproveitou para fazer uma solicitação aos demais parlamentares membros da CCJ. "Peço a cada membro da Comissão de Constituição e Justiça que possamos debater esta matéria com maior profundidade até a próxima sessão da CCJ (terça-feira que vem), para chegarmos a um consenso e aprovar a MP", disse.

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Política – pag. 03

Governista contesta denúncia de Andrea Murad sobre compra de medicamentos

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rogério Cafeteira (PSB), contestou veementemente a denúncia da deputada Andrea Murad (PMDB), segundo a qual a Secretaria Estadual de Saúde estaria praticando irregularidades na compra de medicamentos.

Em seu discurso, Rogério Cafeteira saiu em defesa do governo e desafiou a deputada a apontar qualquer ato de corrupção praticado ou pelo governador Flávio Dino ou então pelo secretário de Saúde, Carlos Lula.

"A honestidade do governador Flávio Dino é incontestável. O secretário Lula é um homem sério, um homem correto. Eu coloco a minha mão no fogo pelo secretário. Tanto pelo secretário quanto pelo governador", ressaltou o líder do governo.

A deputada Andrea Murad disse que ingressou no Ministério Público com uma representação contra o governador Flávio Dino, o secretário Carlos Lula, a presidente da EMSERH, Ianik Leal, e a Certa Medicamentos por atos de improbidade administrativa.

Segundo ela, o documento protocolado na Procuradoria Geral de Justiça contém um demonstrativo irrefutável da compra de medicamentos oncológicos acima do preço praticado pela própria EMSERH e fortes indícios de privilégios à empresa Certa Medicamentos Comercial Ltda na contratação sem processo licitatório.

Apesar de nutrir uma relação de respeito com a deputada oposicionista, Rogério Cafeteira discordou da postura da parlamentar e usou um tom enfático para avaliar as atitudes da parlamentar. "Na tentativa de desmoralizar um governo sério, Andrea Murad extrapola os limites da razoabilidade. Eu a desafiei a provar alguma ilicitude do governador ou do secretário de Saúde. Acho que a deputada tem uma memória muito curta em relação a um passado recente da Secretaria de Saúde", frisou.

Quanto à questão de aquisição de medicamentos, Cafeteira explicou que as empresas contratadas nem sempre concordam com as atas aderidas pela Secretaria de Saúde, por não serem obrigadas a fazer a mesma adesão e, por este motivo, apresentam diferenciação no valor registrado nas atas. "Ou o Estado pára os tratamentos de oncologia, que é o caso que estamos tratando, ou ele compra no preço que o fornecedor exige. Infelizmente é assim", advertiu o líder governista.

Ele acrescentou que o grande problema enfrentado pela Secretaria de Saúde é o próprio Sistema de Saúde herdado do governo anterior. Ele reafirmou que a EMSERH foi criada pelo então secretário de Saúde Ricardo Murad, que era um crítico do modelo de OS`s e OSCIP`s e que adotou esse modelo por conta de entraves burocráticos.

"Por que o seu pai não colocou para funcionar a EMSERH? Ele teve dois anos para colocar para funcionar. Sabe qual é um das características que a EMSERH tem, deputada? Ela é sujeita à Lei de Licitações, que as OSCIP'S não são e nem as OS's. Então OS é feito um valor "X" por mês e lá é só OSCIP que vai administrar, mão de obra e os produtos que têm que ser comprados", argumentou o parlamentar, reforçando a tese de que o ex-secretário de Saúde não queria estar sujeito à Lei das Licitações, durante sua gestão à frente da Secretaria.

REPRESENTAÇÃO

No último final de semana, Andrea Murad entrou com uma representação contra no Ministério Público Estadual contra o governador Flávio Dino, o secretário de Saúde, Carlos Lula, a presidente da EMSERH, Ianik Leal, e a Certa Medicamentos, por supostos atos de improbidade administrativa.

O documento, protocolado na Procuradoria Geral de Justiça, contém demonstrativo da compra de medicamentos oncológicos, segundo a parlamentar, acima do preço praticado pela própria EMSERH, "além de fortes indícios de privilégios à empresa Certa Medicamentos", ressaltou Murad.

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Política – pag. 03

"A honestidade do governador Flávio Dino é incontestável. O secretário Lula é um homem sério, um homem correto. Eu coloco a minha mão no fogo pelo secretário. Tanto pelo secretário quanto pelo governador"

(Rogério Cafeteira, líder do governo na Assembleia Legislativa)

Contratação no Estado

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, ontem, projeto de lei do executivo que altera a lei da contratação por tempo determinado.

Miudinhas

• O deputado Léo Cunha, em discurso na Assembleia Legislativa onten. (7), cobrou do governo do estado providências emergenciais para a recuperação da Rodovia MA-138, que liga Estreito a São Pedro dos Crentes, na Região Tocantina.

• No último final de semana, em visita pela região, o deputado disse que e deparou com um estado de calamidade. "A gente não viu uma MA, mas sim uma trilha de carro, de atoleiros e dificuldade de acesso. Imagine o sofrimento que essa população passa", ressaltou.

• O deputado Wellington do Curso apresentou, na sessão da última segunda (6), projetos que beneficiam as pessoas com deficiência do Maranhão.

• As proposições foram motivadas pelo IV Fórum Maranhense das Entidades das Pessoas com Deficiência e Patologias, que ocorreu na última semana. O parlamentar destacou a necessidade de aumentar a frota do Projeto Travessia, que tem auxiliado no deslocamento de pessoas com deficiência.

• O Governo e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) realizam cerimônia para oficializar a cooperação técnica em saúde entre o Estado e a organização internacional, visando a reestruturação da atenção materno-infantil.

• A solenidade acontece hoje (8), às 9h, no Palácio dos Leões, A programação marca o lançamento da campanha 'Março Lilás'.

08.03.2017 – Jornal Pequeno – Redação – pag. 07

08.03.2017 – O Imparcial – Política – pag. 05

3 O Engenho Central de Pindaré, uma construção histórica tombada pelo patrimônio Cultura do Maranhão, mas abandonada, terá um projeto de restauração para abrigar um Centro de Cultura e a Unidade Vocacional do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) de Pindaré. O anúncio foi feito pelo deputado Bira do Pindaré, ontem.

08.03.2017 – O Imparcial – Esportes – pag. 07

08.03.2017 – Atos e Fatos – Geral – pag. 02

Deputado Rigo Teles denuncia perigo e erros na construção da Ponte do Juá, em Barra do Corda

O líder do Partido Verde (PV) na Assembleia Legislativa, deputado Rigo Teles, ocupou a tribuna da Casa na segunda-feira (6), para denunciar e pedir providências do Ministério do Turismo, do Ministério Público Estadual, da Caixa Econômica Federal e do Conselho Regional de Engenharia (CREA-MA) contra a Prefeitura de Barra do Corda, que segundo ele está prestes a protagonizar uma tragédia sem precedentes, por conta de erros estruturais na obra de construção da Ponte do Juá.

Em sua fala, Rigo esclareceu que foi procurado pela população para alertar sobre o perigo de uma cratera aberta na Ponte do Juá, cuja construção foi iniciada na gestão do ex-prefeito Nenzim, que conseguiu os recursos no Ministério do Turismo. Apesar de não terminar a obra por conta do fim do mandato, Nenzim demoliu a antiga ponte de madeira e deixou recursos na Caixa Econômica Federal para terminar a ponte de concreto.

O parlamentar relatou que no início de 2016 esteve em Barra do Corda, acompanhado do governador Flávio Dino, juntamente com o prefeito para inaugurar a Ponte do Juá. "O prefeito inaugurou a ponte. Entretanto, menos de um ano depois de entregue abriu-se uma cratera bem no meio da ponte, causando a interdição da ponte e prejuízos a mais de 35 mil pessoas", e que execução da obra, não obedeceu aos critérios do projeto deixado pelo ex-prefeito Nenzin, lamenta.

PILARES COMPROMETIDOS

Durante visita às obras da ponte, Rigo constatou que tem uma equipe trabalhando na obra, mas está fazendo só o tampão da laje do assoalho. Segundo ele, o engenheiro civil Denis Milhomem fotografou, checou a documentação, mediu a espessura, e constatou que o ferro não é adequado para a construção de uma ponte para receber o peso e que a estrutura de concreto poderá ceder. A ponte fica sobre o Rio Mearim e interliga o Centro, Trizidela, Juá e vários bairros.

Na oportunidade, o deputado Rigo alertou que desde quinta-feira passada (02/03), uma equipe de operários está trabalhando no local somente para fazer o tampão do buraco no assoalho da Ponte do Juá, mas não está verificando a parte mais vulnerável da estrutura, que são as ferragens. "Então, com apenas um ano de inaugurada pelo prefeito Eric Costa, tanto o assoalho como os pilares da Ponte do Juá já estão todos comprometidos", lamenta.

Diante das denúncias da população o vereador João Pedro, que também é engenheiro, foi vistoriar as obras da Ponte do Juá, acompanhado da vereadora Graça do Ivan e dos vereadores Eteldo, Nem do Swan e Aurean Barbalho. Momentos depois, os parlamentares formularam e encaminharam denúncia ao CREA, que deve mandar técnicos especializados para ver a situação da ponte e evitar uma tragédia anunciada no município de Barra do Corda.

07.03.2017 – Folha de São Paulo – Poder – pag. A4

PAINEL

PAULO GAMA (interino) painel@grupofolha.com.br

Fogo amigo

Em meio ao esforço de comunicação do Planalto para vender a reforma da Previdência à população, o projeto vai se tornar alvo da própria base de Michel Temer na TV. O Solidariedade, um dos partidos que apoiam o presidente, vai gastar suas propagandas em rede nacional para atacar dois pilares do texto: a idade mínima de 65 anos e a exigência de 49 anos de contribuição. A veiculação, em abril, deve coincidir com a votação do relatório na comissão e com as discussões em plenário.

Do jogo Diante da pressão de parlamentares, o governo já admite ceder em pelo menos dois pontos da reforma: a desvinculação do benefício de prestação continuada do salário mínimo e a regra de transição para quem já está no mercado de trabalho.

Mira Entre titulares e suplentes da comissão da reforma, cinco deputados em especial geram desconfiança no governo: Laerte Bessa, Capitão Augusto, Arnaldo Faria de Sá, Onyx Lorenzoni e Bebeto.

Para fora daqui O Planalto prefere vê-los longe das discussões do colegiado.

Operação padrão A defesa de Temer viu na menção às doações aos partidos aliados da chapa presidencial um "manancial" para pedir novas testemunhas para o processo de cassação e, assim, atrasar seu andamento.

Maré A estratégia será ajustada conforme os ventos dos depoimentos. Se as oitivas pesarem a mão contra Dilma Rousseff, Temer deve insistir na tese da separação.

Deixe assim O Ministério Público defendeu ao Supremo que seja recusado o pedido de PSDB e PMDB para anular o fatiamento do impeachment, o que evitou a inabilitação de Dilma. Rodrigo Janot não entra no mérito, mas diz que as siglas não são aptas para fazer o pedido.

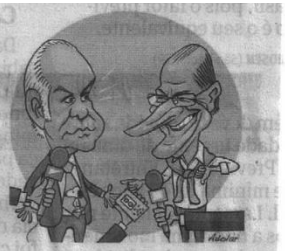
Cronologia O governo definiu no fim de semana a ordem de votação na Câmara das reformas econômicas. Quer ver na pauta o projeto sobre terceirização até a semana que vem, depois a flexibilização das leis trabalhistas e, por fim, a Previdência.

Aperitivo Com a troca recente em toda a sua equipe de articulação política, prefere começar com a proposta mais fácil para ir colhendo vitórias que sirvam como demonstração de força política.

Assim não Na reunião de líderes do Senado nesta terça (7), o PSDB vai bater o pé para não ser jogado pelo PMDB para a presidência das piores comissões da Casa — a de Transparência e a do Futuro.

Truco Para isso a sigla fala em abrir mão do acordo que lhe daria a Comissão de Assuntos Econômicos, desde que seja respeitada a regra de que as escolhas são feitas segundo o tamanho dos partidos. Isso dá aos tucanos uma comissão boa e outra média — e mela os planos do PMDB.

Não está fácil O governo está preocupado com três medidas provisórias que ainda não começaram a tramitar e correm risco de perder validade: regularização tributária, organização dos ministérios e perícias do INSS.



Estilo Após evento do Lide, Gilberto Nascimento foi abordado por usar gravata do Snoopy. "Foi o governador que me deu", disse, apontando para Geraldo Alckmin. Ele reagiu: "Agora com Doria, gravata está fora de moda!".

Visitas à Folha Eduardo Navarro, presidente da Telefônica Brasil, visitou a **Folha** nesta segunda (6), onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Gustavo Gachineiro, vice-presidente de Assuntos Institucionais, e de Júlio Gama, diretor de Comunicação Corporativa da empresa.

Marcos Arbaitman, presidente da Maringá Turismo e presidente do Conselho de Gestão do Turismo da Prefeitura de São Paulo visitou a **Folha** nesta segunda (6). Estava com Sérgio Poroger, assessor de imprensa.